

Pequenos Grandes Livros que Influenciaram a Educação Brasileira

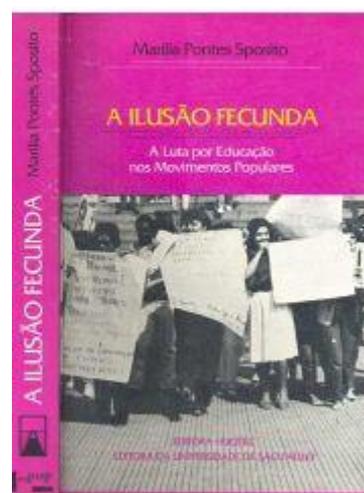
Sposito, M. P. (2010). *A ilusão fecunda: A luta por educação nos movimentos populares* (2. ed). Editora Hucitec. Editora da Universidade de São Paulo.

398 p.

ISBN 978-85-271-0237-7

Resenhado por Paulo Carrano

Entre os meses de abril e julho de 2022, organizamos um ciclo de estudos em nossos grupos de pesquisa “Observatório Jovem do Rio de Janeiro - UFF e UERJ”¹ - que denominamos “Marília Sposito - Um encontro intelectual e afetivo”. A culminância do ciclo se deu em encontro com a profa. Marília na Faculdade de Educação da USP, em estilo caravana de professores e estudantes, entre Rio de Janeiro e São Paulo, com a adicional satisfação de ser o primeiro encontro acadêmico interinstitucional após a pandemia de COVID-19 e com estudantes de mestrado e doutorado e graduação que faziam pela primeira vez a viagem à cidade de São Paulo. No encontro estavam também orientandos, ex-orientados e colegas docentes cujas trajetórias acadêmicas e formativas se entrecruzam com o percurso intelectual e de pesquisa de Marília Spósito. Missão cumprida, o encontro foi intelectual e afetivo.



O livro *A Ilusão Fecunda: A Luta por Educação nos Movimentos Populares*, de Marília Pontes Sposito, é referência para a compreensão da luta pelo direito das classes populares à educação pública de qualidade no Brasil. Ao resenhar o livro, debruçei-me sobre a expressiva e decisiva contribuição intelectual de Maria Spósito para a Educação brasileira, em geral, e para as pesquisas na interface com a educação popular e o campo de estudos da juventude, em particular. Um breve inventário sobre a trajetória dessa professora emérita da Faculdade de Educação e da Universidade de São Paulo, já permite a percepção do alcance da fecunda obra intelectual de Marília Spósito ao longo de 43 anos, tendo como baliza o ano de 1984 com a publicação de seu outro livro *O Povo Vai à Escola: A Luta Popular por Expansão do Ensino Público em São Paulo* (Sposito, 1984) e este que resenhamos, cuja primeira edição data de 1992.

¹ Paulo Carrano é o Coordenador do Observatório Jovem da UFF; Ana Karina Brenner é Coordenadora do Observatório Jovem da UERJ.

Ao explorar a luta popular em São Paulo por uma educação pública de qualidade, Marília evidencia a importância do engajamento da sociedade na construção de um sistema educacional verdadeiramente público, suficiente para o atendimento das crescentes demandas de direito à escolarização e de qualidade para as classes populares.

Em sua trajetória política e intelectual reconhecemos em Marília Spósito a herança criativa de grandes intelectuais da sociologia brasileira, tais como Florestan Fernandes, Otávio Ianni e o diálogo com José de Souza Martins e a sua Sociologia da Vida Cotidiana. Encontramos a marca indelével de seu aprofundamento na leitura de “O Capital”, de Marx, e a sua desenvoltura em utilizar as contribuições teóricas do materialismo histórico, dialético e cotidianamente pedestre do marxista Henri Lefebvre. E ainda a sua *amizade intelectual*, expressão muito cara à profa. Marília, com Celso de Rui Beisiegel, intérprete decisivo da realidade e dos desafios da expansão qualificada da escola e da educação popular pública no Brasil.

Na busca por compreender a luta pela expansão e democratização da escola pública, emerge nas preocupações de Marília Spósito a complexidade do problema da violência no ambiente escolar. Seus estudos pioneiros fornecem uma perspectiva crítica sobre as condições estruturais que propiciam a manifestação da violência, ao mesmo tempo em que propõem soluções fundamentadas em uma compreensão profunda das dinâmicas sociais. Marília desvela complexidades da vida escolar dos jovens, explorando as interseções entre aprendizagem, indisciplina e violência. Ao evidenciar as percepções dos estudantes, contribui para um entendimento dos múltiplos desafios enfrentados no ambiente educacional em suas interrelações com os territórios populares. Suas pesquisas e interpretações sobre a violência na escola são referências para a compreensão de fenômeno que sofre mutações societárias ao longo do tempo, mas que deita raízes em problemas cronicados na sociedade brasileira e nas escolas e que dizem respeito tanto às desigualdades sociais e econômicas quanto ao difícil processo de estabelecimento de relações de diálogo e compreensão sobre socializações, sociabilidades e subjetividades juvenis. No livro *A Ilusão Fecunda*, evidencia-se que portões, grades e muros das escolas demarcam os que estão dentro e os que estão fora. Aponta-se assim o paradoxo da violência contra a escola que é, simultaneamente, conquista do bairro e símbolo de diferenciação social e hierarquia.

Marília Spósito volta seu olhar para o ensino noturno, desempenhando um papel crucial na discussão sobre a democratização do acesso à educação superior. Revela não apenas a importância do ensino noturno como ferramenta de inclusão, mas também aponta desafios a serem superados para assegurar uma democratização efetiva. Artigos de sua autoria, que podemos agrupar sob o título “Juventude e Educação - o Escolar e o Não Formal”, oferecem uma contribuição valiosa para a compreensão das dinâmicas complexas que permeiam a vida dos jovens no contexto educacional brasileiro. Em “Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola”, Spósito retoma estudos clássicos da sociologia da educação no Brasil, notadamente com Florestan Fernandes, e desafia paradigmas ao introduzir uma abordagem não escolar na análise sociológica da educação. Ela examina criticamente como as influências externas à escola atravessam as experiências dos jovens, proporcionando uma compreensão mais abrangente das forças sociais que atuam sobre eles e elas. Este trabalho representa uma contribuição significativa para a expansão do escopo de estudos sobre a educação, integrando elementos que muitas vezes são negligenciados em análises convencionais na sociologia da educação e da juventude. Suas pesquisas sobre as relações entre jovens e as escolas constituem uma valiosa contribuição para o entendimento das complexidades que envolvem a experiência educacional de jovens no Brasil.

Em artigo de balanço sobre a Sociologia da Educação Brasileira, Gandin e Barbosa (2020) destacam a contribuição de Marília Sposito, evidenciando o ano de 1992 como um marco de sua trajetória, ano este de publicação da primeira edição do livro *A Ilusão Fecunda...*

A trajetória de Marília Spósito expressa, sem dúvidas, um amadurecimento intelectual característico de quem fez da vida acadêmica o seu ofício em busca do aprimoramento constante. Todavia, no livro “A Ilusão Fecunda...” já se alinham com vigor as linhas de força que alicerçaram as pontes que ligam problemas de investigação que transitam entre a luta pelo direito à educação, a compreensão de que educação é território ampliado de vida e de múltiplas sociabilidades e socializações e, ainda, de que o processo de escolarização não pode se explicar sem a compreensão sociológica das continuidades e distinções entre as idades, da creche à pós-graduação.

Sobre a relação entre o escritor e a sua obra, o Professor Antonio Cândido ensinou:

Uma obra é uma realidade autônoma, cujo valor está na fórmula que obteve para plasmar elementos não literários: impressões, paixões, ideias, fatos, acontecimentos, que são a matéria-prima do ato criador. (*Formação da Literatura Brasileira*, 1959)

O livro *A Ilusão Fecunda* não escapa deste axioma sobre o autor e sua obra formulado por Antonio Candido, autor de *Parceiros do Rio Bonito*, uma das mais encantadoras obras sociológicas que narra com acuidade e poesia a pesquisa sobre as alterações nos modos de vida na periferia rural do interior de São Paulo. Diga-se de passagem, foi Marília Spósito quem me apresentou à obra de Cândido. O ato criador do livro de Marília Sposito foi amalgamado pela torrente de acontecimentos sociais, culturais e políticos profundamente educativos que caracterizam o período da transição democrática no Brasil e que, podemos dizer, permitiram à autora se posicionar no campo democrático e na árdua, e ainda inconclusa, democratização da sociedade brasileira. Posição esta que Marília assumiu em sua carreira de Pedagoga, docente, militante sindical, pesquisadora e gestora na USP. Esteve junto com movimentos sociais emancipatórios, contribuiu com a organização de redes de pesquisa e assessoria e informação, tal como foi a sua produtiva vinculação com a ONG Ação Educativa e o seu engajamento com a ANPEd, cuja diretoria integrou entre 1989-1993. Dedicou-se a acompanhar redes de atores e atrizes sociais que se envolveram em ações coletivas e solidárias na miudeza do cotidiano, em lutas diárias pela melhoria das condições de vida dos bairros populares da periferia de São Paulo. Marília Spósito buscou compreender a realidade de múltiplos tempos e espaços onde o direito à cidadania foi solapado pela ditadura e que, aos fins dos anos 1970 e durante toda a década de 1980, ainda eram promessas.

E dessas promessas de dias melhores e mais consistentes direitos emerge com força o direito à escola. Mães de bairros populares se constituíram defensoras e articuladoras de lutas contra o Estado patrimonial e clientelista legado pela ditadura. O Estado brasileiro muito lenta e precariamente se abriu para a adoção de compromissos efetivos com as demandas populares por direitos.

O professor Demerval Saviani, emérito da Unicamp, ao analisar os desafios históricos para a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, enfatiza a necessidade de fortalecimento do magistério. Em sua análise da política educacional brasileira aponta uma equação a ser superada. Saviani diz que

(...) a política educacional brasileira desde o final da ditadura (1985) até os dias de hoje se apresenta com características condensadas nas seguintes palavras: filantropia, proteção, fragmentação e improvisação.²

As características acima descritas por Saviani foram encontradas e interpretadas por Marília Spósito em sua pesquisa com mães e jovens populares em luta pelo direito à escola pública na periferia de São Paulo nos anos de 1980. O livro *A Ilusão Fecunda*, sem desconsiderar a importância de aprimoramentos pedagógicos, didáticos e curriculares, demonstra que é na base material da escola que se encontra a dimensão sensível do direito sonhado às classes populares que, em última instância, compromete o direito básico ao conhecimento e ao pleno desenvolvimento humano.

Nos debates e embates presentes sobre a Reforma do Ensino Médio no Brasil, por exemplo, para além da importância da crítica à desconstrução de currículos, recusa ao diálogo com os atores da escola e improvisação que caracterizou essa Reforma que incidiu negativamente sobre a última etapa da educação básica, é preciso dizer que em nenhuma medida se avançou para a superação dos desafios significativos dessa referida base material da escola. Estão ausentes no chamado “Novo Ensino Médio” questões como a infraestrutura deficiente (falta de laboratórios, bibliotecas e acesso à internet inadequado ou inexistente), carência de material didático (equipamentos para aulas práticas em laboratórios e livros), e a necessidade de valorização e qualificação dos professores em diversas disciplinas.³

Esses desafios sobre a base material da escola estão preciosamente descritos por Marília Spósito a partir das reivindicações dos movimentos de mães. No livro, Marília destaca uma das críticas da burocracia educacional ao denominado Movimento de Educação da Zona Leste que lutava pela expansão da rede de escolas para o ensino de segundo grau.⁴ “Vocês só lutam pela quantidade, é preciso lutar pela qualidade”, diziam. Marília registra a inteligente resposta a essa pergunta desqualificadora do movimento, dada pela jovem Sílvia durante uma caravana reivindicatória: “Como eu posso lutar pela qualidade de uma coisa que não existe” (p. 277).

O livro *A Ilusão Fecunda* é organizado em nove capítulos que se retroalimentam em três movimentos articulados, por que não dizer teatrais, que dão coerência interna ao escopo da obra que busca inventariar os sentidos e desafios da luta de mulheres de bairros periféricos de São Paulo pelo direito à educação.

No primeiro movimento, o livro escava, em consistente pesquisa sociológica, notícias que ecoam nos jornais de grande alcance e também aqueles jornais e noticiosos locais que produzem os murmúrios dos bairros populares. A pesquisa que garimpa notícias desvela os movimentos populares, uma dança ousada, não autorizada, que, em suas nuances, desafia o regime militar, as burocracias municipal e estadual e, mais tarde, entoa cânticos de exigência

² Entrevista com Dermeval Saviani - PNE. Portal da ANPEd, em 07.04.2014. Disponível na <https://www.anped.org.br/news/entrevista-com-dermeval-saviani-pne> Consultada em 02.10.2023

³ Sobre o estado atual do debate no Brasil sobre a Reforma do Ensino Médio, ver: Novo Ensino Médio: embates em torno da consulta pública. Disponível na <https://blogdaboitempo.com.br/2023/08/22/novo-ensino-medio-embates-em-torno-da-consulta-publica/> Consultado em 20.10.2023

⁴ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/1986) altera a denominação de “primeiro grau” por ensino fundamental e “segundo grau” por ensino médio. Da mesma forma, institui a modalidade Educação de Jovens e Adultos em resposta à demanda por oferta adequada de escolarização aos jovens e adultos que não cursaram a escolaridade na idade esperada, suprimindo a oferta de “ensino supletivo”.

ao campo democrático, pedindo uma ampliação das trilhas educacionais e dos espaços de participação política. As orientações centralizadoras das políticas públicas e as formas de participação consentida como efeitos da supressão da democracia política foram marcas dos anos 1970, sob o regime militar. Associações de bairros foram cooptadas pela burocracia política e sujeitos dos bairros foram transformados em funcionários administrativos distanciados das reais demandas populares. Marília descreve o que considerou um espetáculo teatralizado da relação dos políticos com os “representantes” institucionais dos bairros. Um clientelismo espetacularizado em audiências públicas controladas pela burocracia do estado, nos âmbitos municipal e estadual, ainda que com distinções de nuances apontadas na análise. A transferência do fundo público para o setor privado, em distintas áreas, em especial a Educação, foi outra tônica do período. Em síntese, traços do período autoritário não se dissiparam totalmente com a redemocratização. Estes são temas significativos, de evidente atualidade, e bem tratados neste primeiro movimento do livro.

A análise demonstra como os gastos com políticas sociais não acompanharam o crescimento urbano da cidade, notadamente com o fluxo migratório do nordeste, entre os anos 1960 e 1980. A década de 1980 foi marcada pelo insatisfatório atendimento da demanda por escolarização para crianças e jovens. O livro apresenta o difícil quadro educacional do período marcado pelo rebaixamento do salário dos professores, expediente utilizado para enfrentar as limitações dos recursos do estado. A rede de escolas se caracterizava por improvisações e subfinanciamento, escolas com quatro a cinco turnos, nos anos 1970/1980, superlotação dos prédios escolares, ainda nos anos 1980, distorções idade-série expressivas e um quadro de escolarização desigual entre centro e periferia da cidade. No que se refere aos alunos trabalhadores, a pesquisa revela uma situação que parecia ser cronicamente inviável, isso por conta das altas taxas de reprovações, a retenção nas séries iniciais, os abandonos e a incompatibilidade entre o processo educativo e a atividade profissional.

O segundo movimento, uma exploração sutil, desvenda a posição do estado, uma coreografia complexa que se desenha nos tempos autoritários e se transforma nas promessas da transição para a democracia. Uma das marcas do período foi a persistência do estilo burocrático e centralizador nas formas de relacionamento entre o poder público e a sociedade civil. O início dos anos 1980 ainda revela a manutenção da relação clientelista, ou mesmo a farsa dos simulacros de participação, dos governos municipal e estadual. É este também o período de emergência do novo, do eco das greves operárias do final dos anos 1970 e dos movimentos eclesiais de base e do surgimento do Partido dos Trabalhadores e a promessa de reinvenção da política institucional, assim como se registram no período significativa diversidade de práticas coletivas nos movimentos populares urbanos e rurais. Há disputas políticas no interior do estado, entre diferentes concepções de trabalho político com os setores populares. É na Prefeitura, e não no governo do estado, que se apresenta a face mais visível do estado para onde confluem as reivindicações, caravanas e abaixo-assinados. Protestos e caravanas de moradores da periferia reiteram as cobranças sobre o poder público para a ampliação das escolas de primeiro grau, do ensino supletivo e ampliação do ensino noturno de segundo grau. Nós só recebemos promessas, denunciam os movimentos populares em luta pela educação.

No terceiro e último movimento, o palco se desloca para as extremidades leste da cidade de São Paulo, onde a pesquisa qualitativa se faz etnografia, de perto e de dentro, e se torna uma dança íntima e dialógica com personagens, notadamente mulheres, que ousaram lutar, em meio aos afazeres e compromissos domésticos cotidianos, a boa luta, a luta justa dos movimentos populares. O Movimento de Educação da Zona Leste, um grupo de moradores do Jardim das Oliveiras e a comissão de mulheres do bairro Pedro Nunes emergem como protagonistas. Suas histórias entrelaçam-se e a observação interessada, empática e crítica de

Marília Spósito provoca as entrevistas que se revelam como conversas. Encontro de vozes que narram na exata medida do encontro com aquela que se permitiu ouvir e traduzir o tecido do real num texto acadêmico de largo alcance político e, ainda hoje, fundamental para as lutas democráticas pelo direito à educação pública e de qualidade.

O caminho da pesquisa e sua representação na forma de livro vai da produção, organização e interpretação de fichas do computador à experiência de campo em nítida observação participante na forma de diálogo com a experiência social de luta pela educação. Uma das passagens deliciosas do livro e que nos trazem notícias da quase sempre difícil aterrissagem do pesquisador no campo de investigação é narrada da seguinte forma: Marília se apresentou como Pedagoga para as mães do bairro. E elas queriam saber o que faz uma Pedagoga. A pesquisadora disse às mães curiosas: o Pedagogo forma o diretor da escola de seu filho. A resposta abriu portas para a observação de campo e o diálogo. No livro, Marília Spósito apresenta em diversos momentos a dimensão da persistência das práticas que explicam o cenário de não diálogo nas escolas. A pesquisadora tocou numa das grandes preocupações cotidianas que tinha a ver com a dificuldade de relacionamento das mães e seus filhos com diretores e diretoras de escola considerados autoritários ou pouco abertos ao diálogo, administradores escolares que encarnam as formas autoritárias de subjugar a sociedade.

É preciso dizer que este campo de investigação foi interpelado à exaustão com fios teóricos de um marxismo arejado que deram consistência às análises e consequência analítica ao real interpretado com a convicção de que a universalidade dos de baixo pode ser resgatada pelo trabalho do intelectual (p. 33).

Escavando o tecido social da cidade de São Paulo no ano de 1986, com a sociedade brasileira vivendo a transição entre a ditadura militar e uma sociedade que se queria plenamente democrática, Marília Spósito lança um olhar acurado para o espaço público periférico de movimentos de mulheres. Atrizes do social que ousam ocupar o espaço público, histórica e socialmente reservado aos homens, para fazer política de um jeito todo próprio quebrando rotinas, lutando pela regularização do solo urbano, combatendo o alto custo de vida, reivindicando creches para seus filhos, material escolar para seus meninos e meninas, melhorias nas condições dos prédios escolares e construção de prédios definitivos. Na luta, procuram exercer controle sobre a gestão dos equipamentos públicos e reivindicam ousadamente a escola de segundo grau, até então, reservada para as classes médias e superiores da sociedade. A reivindicação de ensino supletivo para jovens e adultos que ficaram para trás na corrida da escolarização tem alta demanda e pouca atenção do poder público na formulação de políticas educativas, relata Marília Spósito. Um destaque é o movimento pró-supletivo, no ano de 1984. A oferta só se expande a partir do jogo de forças entre a pressão popular que amplia a concepção de direitos e os aparelhos de estado. No livro há a descrição e análise de um vasto repertório de inconformidades e mobilizações por melhorias das condições de vida que tece um vasto aprendizado de participação para as classes populares. São muitas as sínteses no livro sobre o abandono e a desatenção do poder público à reivindicação popular por uma escola digna.

O movimento de mulheres pelo direito à educação cartografado por Marília Spósito emite pequenos e significativos sinais de que o país, ainda que em transição democrática, continuava o mesmo no trato dos poderes políticos e burocráticos com as demandas reprimidas das classes populares por direitos. A pesquisa que deu origem ao livro revela que os movimentos populares tentaram democratizar a escola como parte do intento de democratizar a sociedade brasileira. Uma sociedade em transição do regime autoritário para

a democracia gesta mais perguntas do que apresenta respostas para os setores populares que demandam direitos. E sobre a escola, a pergunta chave que emerge, e que o livro responde com acuidade, é: **por que lutar por educação?**

Uma das agradáveis surpresas, ao menos para mim, na leitura do livro foi o relato daquilo que poderíamos sintetizar como “mães populares que pesquisam”, com destaque para mães de Pirituba e Perus, Zona Norte, em fins de 1982. Diante das negativas do poder público sobre a necessidade de construção e ampliação de escolas, mães populares foram à luta também para inventariar a demanda por escola, em especial, de segundo grau e de turmas de supletivo. Uma resposta popular, prática e empiricamente fundamentada e que responde que a luta pela educação nasce da percepção de que é preciso prosseguir nos estudos e ampliar as oportunidades.

Na introdução do livro, apresentam-se as questões teóricas centrais do trabalho: 1. a questão das necessidades que pressupõem a existência das ações coletivas; 2. a importância de se resgatar as lutas específicas no seu conjunto; 3. a interação dos movimentos populares com os aparatos de estado; e 4. a última questão teórica que busca compreender os significados das ações de movimentos que rompem os espaços tradicionalmente consagrados à ação política.

Uma das sínteses possíveis de se fazer do livro *A Ilusão Fecunda* é a de que os movimentos sociais engendram novas formas de relações e organização social, porém, essas formas não são imediatamente visíveis. Elas podem se revelar ao contar a história dos homens, e no caso da obra de Marília, fundamentalmente, das mulheres simples da periferia do capitalismo.

Marília Spósito compreende, com Henri Lefebvre, a cidade como espaço-tempo e não somente uma projeção de uma estrutura social, de uma sociedade global no mero espaço (*A Ilusão* - p. 41). É nesta perspectiva que a cidade aparece não como uma determinação ou um reflexo de uma estrutura social ou econômica, mas como uma máquina de possíveis, a cidade dos contrastes e das contradições. Marília ressalta que nas ciências sociais, a ideia de movimento é menos enraizada do que a de estrutura. Uma das chaves para não aprisionar a análise em cristalizações sobre as práticas, recomenda Marília, é compreender os movimentos sociais em sua diversidade de organização, projetos, estratégias, efeitos políticos e continuidade da luta e também o grau de confronto com o estado no jogo das reivindicações (*A Ilusão* - p. 141). Os “Jardins”, “Vilas” e “Parques” que dão nomes aos bairros populares em São Paulo, mas não só por lá, são palavras-esperança de uma vida em comum, solidária; uma boa vida em comum de necessidades superadas e campos de possibilidades do fazer-se humano ampliados em lutas por direitos e atos de reivindicar que nunca são fáceis de empreender (*A Ilusão* - p. 119).

Marília Spósito desenha em sua pesquisa uma cidade de São Paulo dos anos 1970/1980 que se projeta e interpela, ainda que distorcida com inúmeras superações e permanências desses contrastes e contradições, o campo de visão e sensibilidades dos contemporâneos deste nosso tempo presente. Nas miudezas do cotidiano das escolas públicas e na sociabilidade dos bairros e movimentos populares são encontradas as linhas de força que fizeram fomentar a ampliação dos direitos à educação das classes populares. É esta percepção que nos permite dizer da atualidade para o campo educacional do livro *A Ilusão Fecunda* de Marília Spósito, também mestra em seu ofício.

Referências

Sposito, M. P. (1984). *O Povo vai à escola: a luta popular por expansão do ensino público em São Paulo*. Loyola.

Autor da Resenha

Paulo Cesar Rodrigues Carrano. Professor Associado 4 da Faculdade de Educação e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF); Pesquisador Produtividade do CNPq - nível 2 e Coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro. pc_carrano@id.uff.br

Education Review**Reseñas Educativas****Resenhas Educativas**

Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Education Review/ Reseñas Educativas/ Resenhas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Education Review/ Reseñas Educativas/ Resenhas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. O conteúdo de 1998-2020 da *Education Review/ Reseñas Educativas/ Resenhas Educativas* foi publicado sob uma licença CC diferente: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0>



Nota: Os pontos de vista ou opiniões apresentadas nas resenhas de livros são exclusivamente do (s) autor (es) e não representam necessariamente os da revista.